

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE: RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO*
PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE: RESTORATION AND CONSERVATION

*CÍCERO ALVAREZ E LÍDIA FABRÍCIO***

Resumo:

Construído na Praça da Matriz, entre 1953 e 1968, o Palácio da Justiça de Porto Alegre, projeto de Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, é uma das mais importantes obras da arquitetura moderna realizadas no Estado. Todavia, o longo processo de construção e a escassez de recursos alteraram o projeto original, suprimindo diversos elementos importantes para o caráter de Palácio e para o próprio conforto de seus ocupantes. Além disso, ao longo dos anos, várias alterações ocorreram pelo uso cotidiano e pela falta de critérios de ocupação. Modificações que descaracterizaram e até suprimiram espaços importantes do edifício.

Cinquenta anos após o Concurso Público Nacional de Anteprojetos, realizado em 1952, que escolheu o projeto do Palácio da Justiça, o co-autor remanescente, Carlos M. Fayet, foi contratado pelo Tribunal de Justiça do Estado para readequar o prédio às necessidades atuais da Justiça.

O objetivo deste trabalho é realizar um relato das etapas, critérios e escolhas que nortearam os trabalhos de recuperação, readequação e complementação do projeto original.

Palavras-chave:

Arquitetura Moderna, Restauração, Palácio da Justiça.

Abstract:

Built in the Praça da Matriz, between 1953 and 1968, the Palácio da Justiça de Porto Alegre, project by Luis Fernando Corona and Carlos Maximiliano Fayet, is one of the most important buildings of modern architecture in the State. However, the long construction process and the scarcity of resources had modified the original project,

* Artigo recebido em 15-04-2010 e aprovado em 30-04-2010.

** Cícero Alvarez é arquiteto e urbanista, Conselheiro do IAB-RS, Docente do Curso de Arquitetura do IPA e ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura do RS (2009-2010).

Lídia Fabrício é arquiteta e urbanista, Conselheira eleita no Conselho Estadual de Cultura e co-autora da 1ª etapa da restauração do Palácio da Justiça.

suppressing several important elements for the character of the Palace and the proper comfort of its occupants. Moreover, throughout the years, some alterations had been made due to daily use and due to lack of occupation criteria. These alterations have changed the characteristics and also have suppressed important spaces of the building.

Fifty years after the Competition, in 1952, the remaining co-author, Carlos M. Fayet, was hired by the Tribunal de Justiça do Estado do RS to rehabilit the building to the current Justice.

The goal of this work, is to present the stages, criteria and choices that have guided the works of rehabilitation, restoring and completing the original project.

Key-words:

Modern Architecture, Restoration, Court Hall.

O Palácio da Justiça de Porto Alegre está entre as primeiras e mais importantes obras da Arquitetura Moderna Brasileira realizadas no Rio Grande do Sul. Construído entre os anos de 1953 e 1968 no centro cívico de Porto Alegre, o Palácio da Justiça ocupou o lugar da antiga Casa da Câmara, prédio que coexistiu lado a lado com o Theatro São Pedro, seu gêmeo, até 1949. O conjunto dos edifícios gêmeos foi projetado em 1848 pelo arquiteto alemão Georg Karl Phillip Theodor von Norman, e a execução daquelas obras prolongou-se por décadas. O Theatro São Pedro foi inaugurado em 1858, mas a Casa da Câmara foi concluída somente em 1874, quando passou a abrigar a Câmara Municipal de Porto Alegre. Em 1893, o Legislativo Municipal cedeu o prédio para as instalações do Superior Tribunal do Estado, que ali funcionou até dezembro de 1949, ano em que a antiga Casa da Câmara foi arruinada por um incêndio¹.

A causa do incêndio da Casa da Câmara não ficou bem esclarecida, restando uma versão que nunca foi inteiramente confirmada. Na véspera do incêndio, o Tribunal Pleno havia-se reunido para examinar uma denúncia contra autoridades policiais que, durante a Segunda Guerra, teriam cometido arbitrariedades contra cidadãos de origem alemã e italiana, então chamados de “súditos do Eixo”. Mas a sessão foi suspensa por pedido de vista por parte de um dos Desembargadores, e naquela madrugada de 19 de novembro de 1949, antes que o

¹ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

Tribunal Pleno se reunisse novamente, as chamas consumiram o prédio². A maioria dos processos e documentos, entre eles o volume que continha o inquérito sobre os “súditos do Eixo”, desapareceu junto com uma das mais completas bibliotecas jurídicas do Brasil. Das cinco horas da manhã até as duas horas da tarde os bombeiros combateram as chamas, mas pouca coisa se salvou³. A imprensa noticiou que o fogo teria iniciado em um fogareiro que fora esquecido aceso nas dependências da Secretaria do Interior, que funcionava no andar térreo. Mas também se ventilava a hipótese de incêndio criminoso encomendado pelas autoridades indiciadas no inquérito desaparecido.

O incêndio destruiu a cobertura, as esquadrias e grande parte da estrutura interna do edifício, mas as sólidas paredes externas se mantiveram firmes. Por alguns dias circulou a notícia de que parte do prédio poderia ser recuperado em pouco tempo, permitindo o retorno das funções da Justiça à Praça da Matriz. Mas a prioridade era providenciar, ainda que de forma provisória, instalações que oferecessem condições mínimas para a continuidade do exercício das atribuições do Tribunal. O Município, que naquele ano de 1949 inaugurava o Edifício Intendente José Montauray, a chamada Prefeitura Nova, ofereceu o velho prédio do Paço Municipal para a instalação de algumas varas da Primeira Instância no pavimento térreo. Em seguida, foi desalojada a Sociedade Bailante, que ocupava três andares da Prefeitura Nova, dando lugar à maior parte das instalações da Justiça. As sessões do Tribunal do Júri aconteciam no salão nobre do Paço Municipal e também no Salão Mourisco da Biblioteca Pública. A Sala de Sessões da Câmara, localizada no 14º andar da Prefeitura Nova, cedia lugar às sessões plenárias do Tribunal de Justiça⁴.

Seguiram-se longos e acalorados debates sobre a situação enfrentada pelo Tribunal do Estado. A imprensa veiculava manifestações indignadas pela demora na apresentação de uma solução à altura das funções exercidas pela Justiça, e já não se cogitava a possibilidade de recuperação do edifício sinistrado. O Desembargador Celso Afonso Soares Pereira se destacava nas reivindicações pela construção de instalações apropriadas para o Poder

² GASTAL, Manoel Braga. *Flashes de uma vida*. Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 1997.

³ “VIOLENTO INCÊNDIO DESTRUIU O EDIFÍCIO DO TRIBUNAL E DA SECRETARIA DO INTERIOR”. Porto Alegre : *Jornal Correio do Povo*, 19/11/1949, p.32.

⁴ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. *As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2006.

Judiciário⁵. Mas demorou quase dois anos desde o incêndio para que o Estado promovesse ações efetivas para a construção de um novo prédio para o Tribunal. Em 6 novembro de 1951, o Governador do Estado, Ernesto Dornelles, assinou a lei nº 1.588 para a construção de diversos prédios. Entre eles, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos e a nova sede do Tribunal de Justiça⁶, a ser construído na Praça da Matriz, no mesmo lote da antiga Casa da Câmara.

O Edital do concurso foi publicado no Diário Oficial no dia 30 de maio de 1952. Era o Edital nº 9 da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, que lançava as bases do concurso e anunciava um prêmio de Cr\$ 200.000,00 para o vencedor⁷.

Esse primeiro Edital ainda não definia o programa de necessidades, mas informava que “os interessados poderão procurar a planta do local e programa de necessidades na Diretoria de Obras desta Secretaria, à Rua Siqueira Campos, nesta Capital...” e instruía que “Os concorrentes deverão entregar os anteprojetos na Diretoria de Obras da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, às 15 horas do dia 1º de setembro do corrente ano, ocasião em que na presença dos interessados será procedida a apuração do representante dos concorrentes para integrar a Comissão Julgadora”⁸. Cada concorrente poderia apresentar mais de um projeto, segundo as normas publicadas.

O material mínimo exigido nos anteprojetos constituía-se dos seguintes elementos:

- a) *pranchas com as plantas dos diversos pavimentos;*
- b) *idem, contendo os cortes transversais e longitudinais necessários à compreensão da obra planejada;*
- c) *idem, contendo as fachadas;*
- d) *idem, contendo perspectivas dos interiores do “hall” e dos salões;*
- e) *prancha com a perspectiva do prédio;*

⁵ Idem

⁶ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

⁷ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

⁸ EDITAL Nº 9. Porto Alegre : Diário Oficial do Estado, 30/03/1952.

f) *uma memória descritiva expondo e justificando a solução proposta com croquis e esquemas esclarecedores, contendo anotações da área útil de cada local ou função, a área total construída e a estimativa do preço da construção;*

g) *uma “maquete” na escala de 1:1000.*

O Edital nº 09 foi novamente publicado no Diário Oficial nos dias 6, 13 e 20 de junho de 1952. Posteriormente seria complementado pelo Edital nº 15, publicado pela primeira vez em 13 de agosto, que ratificava o término do período estipulado para os interessados solicitarem esclarecimentos sobre as bases do concurso e sobre o programa de necessidades. Tornava a entrega da maquete facultativa, apresentava o programa de necessidades definitivo para o edifício e alterava a data da entrega dos anteprojetos para 10 de outubro⁹. Informava ainda que o edifício deveria comportar a instalação do Tribunal de Justiça (2ª instância), do Foro de Porto Alegre (1ª instância) e da Procuradoria-Geral do Estado.

O programa de necessidades estabelecia exigências que foram determinantes para o projeto, tais como: uma entrada principal monumental; bar para os funcionários com serviço *a la minuta*; aproveitamento da declividade do terreno para a localização das garagens (com pelo menos seis vagas: cinco para a 2ª instância e uma para a Procuradoria-Geral), para arquivos de livros, autos e processos e para a sala da guarda do prédio e outras dependências. Cada um dos órgãos do Poder Judiciário teve sua compartimentação explicitada neste edital. Do mesmo modo, parte do zoneamento do prédio já estava determinada. A sala de casamentos deveria ficar próxima ao Hall, que por sua vez deveria estar junto à entrada do edifício e ter capacidade para trezentas pessoas. Condiçionava ainda que deveria haver acesso independente para o ingresso dos réus sem contato com o público.

Os primeiros andares deveriam ser reservados ao Foro de Porto Alegre - 1ª instância, contemplando a sala de casamentos e o Hall, já mencionados, o salão do Júri para cerca de 250 pessoas e diversas salas ligadas a este - para jurados, réus, Juiz, testemunhas, advogados; o conjunto de salas para o Juizado de Menores, composto por cerca de 10 salas, a maior delas com capacidade de espera para cem pessoas; os nove Cartórios Criminais, os seis Cíveis, os dois dos Feitos da Fazenda, Cartório de Acidentes e as salas para juízes; e o Gabinete Médico.

⁹ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

A Procuradoria-Geral do Estado deveria ser composta basicamente por espaços de escritório, algumas salas de reuniões para cerca de quinze pessoas e algumas salas de atendimento para aproximadamente 20 a 30 operários. O maior espaço da Procuradoria-Geral do Estado seria uma Sala para Biblioteca com capacidade para 10.000 volumes e espaço para as mesas dos consultantes.

Nos andares superiores deveria ser localizado o Tribunal de Justiça – 2ª instância, constituído pela Sala para o Tribunal Pleno, “sala ampla, condizente com a importância da função nela desempenhada, qual seja a dos julgamentos da suprema Magistratura do Estado”, com capacidade aproximada de 250 pessoas; as salas para as Câmaras Reunidas (Cível e Crime) com capacidade para 60 pessoas; uma recepção para 35 pessoas; diversas salas e gabinetes; uma secretaria com capacidade para 50 funcionários; uma Biblioteca que comportasse 30.000 volumes, com espaço para consultas, mesas para 10 consulentes e local para 4 funcionários¹⁰.

A publicação do Edital nº 15 foi repetida no Diário Oficial nos dias 13, 19 e 26 de agosto e em dois de setembro de 1952. Nessa mesma data, deflagrou-se o processo de nomeação dos membros da Comissão Julgadora do concurso, com o pedido do Secretário das Obras Públicas, Anníbal di Primio Beck, para que a Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS) indicasse um representante para a Comissão. Em resposta à solicitação, em 25 de setembro, o então presidente da SERGS, engenheiro Ivo Wolff, encaminhou a indicação do engenheiro Julio Ribeiro de Castilhos para representar aquela Sociedade na Comissão Julgadora do concurso do Palácio da Justiça. Em ofício de 13 de setembro, o Secretário Beck solicitou ao Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS) que indicasse um seu representante para o Júri do Concurso¹¹. Uma reunião da diretoria do IAB-RS, realizada em 1º de outubro de 1952, elegeu o arquiteto Demétrio Ribeiro para a Comissão Julgadora do concurso do Palácio da Justiça, e o arquiteto Charles René Hugaud para representar a entidade no recebimento dos anteprojetos¹². Para representar o Poder Judiciário na Comissão Julgadora, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nomeou o seu Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador Celso Afonso Soares Pereira. Dois membros

¹⁰ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

¹¹ Idem

¹² □ INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, Departamento do RGS. Atas 1950-1955, Ata da Diretoria, 1º de outubro de 1952.

participantes da Comissão permanecem desconhecidos: o representante da Secretaria das Obras Públicas e o representante dos concorrentes.

Os anteprojetos foram entregues na data estipulada pelo Edital, 10 de outubro de 1952, às 15 horas, no edifício da Secretária dos Negócios das Obras Públicas. Nesta ocasião, na presença dos interessados, foi realizada a escolha do representante dos concorrentes para integrar a Comissão Julgadora. Antes do resultado do concurso, o Governador Ernesto Dornelles já alocava verbas para o início das obras do Palácio da Justiça, através do decreto nº 3.597, publicado no Diário Oficial de 11 de novembro de 1952:

“Art.1º. - Fica aberto na Secretaria das Obras Públicas, de conformidade com o art. 1º, inciso IV, letra a) da Lei 1.588, de 6 de novembro de 1951, um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), com vigência até 31 de dezembro de 1953, sob a classificação do código geral 8-37-2, para atender as despesas com o início das obras do Palácio da Justiça.”¹³

No dia 4 de dezembro de 1952 foi divulgado o resultado do concurso. Foi escolhido pela Comissão Julgadora o projeto apresentado sob o pseudônimo LICVRGO. Seus autores eram o arquiteto Luís Fernando Corona, diplomado em 1950 pelo Instituto de Belas Artes e o então acadêmico do curso de Arquitetura Carlos Maximiliano Fayet, que viria a diplomar-se em 1953 pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Não sendo ainda diplomado, Fayet não poderia assinar o projeto do concurso. Assim, respondiam oficialmente pelo projeto LICVRGO o arquiteto Corona e a firma Barcellos & Cia. Ltda., onde Fayet trabalhava coordenando os projetos de arquitetura da empresa¹⁴.

O segundo colocado foi a equipe JURIS LEX, integrada pelos arquitetos Alfredo Leboutte e Mário José Correa, diplomados em 1950 pelo Instituto de Belas Artes, e o terceiro lugar coube à equipe PLANO ALFA, composta por Plínio de Oliveira Almeida e Naum Turquenitch, ambos engenheiros-arquitetos formados pela Escola de Engenharia, em 1949.

¹³ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

¹⁴ “LICURGO”. Del Vaz. Porto Alegre : Diário de Notícias, 07/12/1952, p.2.

Participou também do concurso o engenheiro-arquiteto Roberto de Azevedo e Souza, em parceria com os engenheiros Benamy Teitelroit e Lejba Kadyszcz¹⁵.

Não se tem conhecimento do número exato de anteprojetos que participaram do concurso. Apesar de exaustivas buscas no arquivo da Secretaria de Obras, no arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, no arquivo do Patrimônio do Estado, na Secretaria da Fazenda, no Tribunal de Contas do Estado, no próprio Tribunal de Justiça do RS, na Casa Civil, e em outros locais, o processo SOP de nº. 8919/51, que conteria a Ata do julgamento e os nomes de todos os membros da comissão julgadora e dos participantes do concurso, não foi localizado. É possível que tenha sido apensado a outro processo ou mesmo destruído.

Apesar disso, alguns anteprojetos concorrentes chegaram até os dias atuais e se tornaram valiosos para a análise do concurso. Esses projetos ficaram por muitos anos arquivados no Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do Tribunal de Justiça (DEAM-TJ), sem que se tivesse conhecimento de sua existência. É provável que após o concurso tenham sido encaminhadas ao Tribunal de Justiça pela Secretaria de Obras. No início do ano de 2000, durante uma reformulação dos arquivos motivada pelo Programa de Qualidade Total do TJ, as plantas foram encontradas pelo então estagiário de arquitetura Paulo Burger, e em seguida identificadas por técnico do DEAM como sendo o material remanescente do concurso do Palácio da Justiça. Eram cinco anteprojetos em pranchas de papel vegetal, incluindo a proposta vencedora, e identificados apenas pelos pseudônimos: ARQUILEX, GRADO, LICVRGO, PLANO ALFA, THEMIS. Uma vez obtida a autorização do Diretor do DEAM, engenheiro Ernani Bartman, o material foi encaminhado para integrar o acervo do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. O Desembargador Pedro Henrique Partichelli Rodrigues, que coordenava o Memorial à época, imediatamente solicitou à Administração do Tribunal que se contratasse o restauro das plantas. Esse trabalho foi realizado pela restauradora Vera Zugno. Depois de higienizadas e restauradas, as plantas foram digitalizadas através de convênios entre o Memorial do Judiciário e a Faculdade de Arquitetura Ritter dos Reis, no qual a Faculdade realizou a digitalização dos projetos em troca de permissão concedida pelo Memorial para utilização das imagens digitalizadas em futuras pesquisas. Os originais permanecem no acervo do Memorial do Judiciário.

¹⁵ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

A análise dos projetos remanescentes do concurso do Palácio da Justiça permite que se desenhe um panorama aproximado das correntes arquitetônicas locais no início da década de 1950. Pode-se dizer que a afirmação da arquitetura modernista se deu tardiamente em nosso Estado, se considerarmos o que já acontecia no Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e Recife, onde o repertório formal da arquitetura moderna vinha sendo adotado desde o final das décadas de 1920/30. Em Porto Alegre, nesse período, era evidente a polarização entre os dois cursos de arquitetura existentes, quais sejam, o da Escola de Engenharia e o do Instituto de Belas Artes (IBA). O primeiro, tradicional, mantinha-se comprometido com as tendências do mercado imobiliário e pouco envolvido com o debate político, social, artístico e cultural, no qual se inseria a arquitetura. Seus egressos repetiam os padrões arquitetônicos até então vigentes no estado, à margem das discussões e transformações que ocorriam no país e no mundo. A técnica e a execução predominavam sobre a criação e o desenho¹⁶.

No vértice oposto, o curso do Instituto de Belas Artes (IBA) apresentava-se engajado e comprometido com os movimentos de renovação da arquitetura e com as suas transformações, e procurava difundir no Rio Grande do Sul a expressão arquitetônica que se manifestava no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em Porto Alegre, foi dentro do IBA que o modernismo europeu e os postulados de Le Corbusier começaram a ser amplamente debatidos, analisados e aplicados. São os egressos do Instituto de Belas Artes e seus professores os responsáveis pelos primeiros projetos “modernistas” na cidade. A arquitetura era encarada por professores e alunos como a “grande arte” onde a beleza plástica e a ciência deveriam coexistir. Além disto, os conteúdos marcadamente ideológicos que envolviam o debate levavam à elaboração de projetos que buscavam solucionar os problemas sociais por meio da força transformadora da arquitetura. Pode-se afirmar que a origem da arquitetura moderna em Porto Alegre teve lugar nos corredores do Instituto de Belas Artes e na produção de seus egressos.¹⁷ E foi ali que Corona, Fayet, Correa e Lebouté, os vencedores dos 1º e 2º

¹⁶ RIBEIRO, Demétrio. Um Depoimento Sobre a Criação, Por Tasso Corrêa, do Ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul in CAFRUNI, Salma(org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

¹⁷ CAMPELO, Cristina de Lorenzi. A produção arquitetônica dos egressos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes no período de 1949 a 1952. In: Salão de Iniciação Científica (3 : 1991 : Porto Alegre). Trabalhos Apresentados. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p.66-68.

prêmios do concurso de 1952, construíram seu repertório e assumiram seu comprometimento com aquela expressão arquitetônica.

Apesar dos esforços de renovação promovidos pelo curso de arquitetura do IBA, o Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça de Porto Alegre nos permite entrever as diferenças conceituais e de formação dos concorrentes, e torna evidente que a arquitetura chamada moderna não era hegemônica no início dos anos 1950 em Porto Alegre. Os projetos concorrentes entregues em 1952 apresentaram uma variada filiação, confirmando a tese de que o domínio da linguagem moderna e dos postulados de Le Corbusier, de forma geral, apenas começava a despontar no Estado do Rio Grande do Sul. A arquitetura da Escola Carioca, já consolidada no final da década de 1930, e bem representada pela construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro em 1937, por aqui não se concretizou até o início dos anos 1950. Muitos projetos assinados por arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro venceram concursos públicos de arquitetura em Porto Alegre nos anos de 1940, mas não venciam a resistência local à sua materialização, e permaneciam apenas no papel. Poderia ter sido exceção o prédio do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projetado por Jorge Machado Moreira, arquiteto formado no Rio de Janeiro que atuava com Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy e outros integrantes da Escola Carioca. Mas as obras do Hospital de Clínicas, ainda que iniciadas em 1947, arrastaram-se até a década de 1960, num controvertido processo de construção, com consecutivas alterações de projeto, demolições e paralisações, retardando o que poderia ter sido a primeira realização da arquitetura moderna em Porto Alegre¹⁸.

Na década de 1950 vários projetos inspirados na vertente moderna começam a materializar-se em Porto Alegre, incluído entre esses o Palácio da Justiça. Em maio de 1953, a Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas (SOP), dirigida pelo engenheiro Eurico Trindade Neves, contratou Luis Fernando Corona “em colaboração com a firma Barcellos & Cia. Ltda.” para o desenvolvimento do projeto do Palácio da Justiça. As plantas do projeto executivo foram assinadas por Corona e por Fayet, que concluiu o curso de Arquitetura e Urbanismo em dezembro de 1953. O Correio do Povo publicou, em 10 de junho de 1953, documento contendo o cronograma das etapas enviado ao Governador pelo titular da

¹⁸ SILVA, Marcos Miethicki da. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre: a presença de Jorge Moreira na arquitetura da capital gaúcha. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Calovi Pereira. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2006.

Secretaria de Obras, engenheiro Leonel Brizola. No cronograma constava a informação de que, dentro de 120 dias, seria possível abrir concorrência para a execução das fundações.

Conforme consta nos Relatórios anuais da Secretaria das Obras Públicas¹⁹, a construção do Palácio da Justiça foi contratada pela SOP por etapas e iniciou-se no final de dezembro de 1953 com a contratação das obras de estaqueamento das fundações do prédio, executadas pela empresa Estacas Franki Ltda. Em dezembro do ano seguinte, a firma Construtora Ernesto Woebecke S/A foi contratada para executar parcialmente (apenas até a laje de piso do 4º andar) a estrutura de concreto armado, que havia sido projetada pelo escritório do engenheiro Ivo Wolf. Em um ano a etapa foi concluída, mas o ritmo das contratações ficou cada vez mais lento: somente em março de 1956 o restante da estrutura foi contratada, com a mesma empresa, e a ossatura do edifício foi concluída apenas em abril de 1957. Ainda nesse ano tiveram início as vedações de alvenaria de tijolos realizadas pela firma Carvalho e Hosken Ltda., responsável também pelas obras de conclusão internas do andar térreo, galeria e 1º andar. A execução das esquadrias foi iniciada somente em 1959, pela empresa Metalúrgica Metamex Ltda., e ainda assim o contrato previa nada mais do que 212 janelas tipo guilhotina-basculantes, suficientes apenas para a vedação do 1º e do 2º pavimentos. O restante das esquadrias começaram a ser colocadas depois de transcorridos quase três anos, em 1962, quando foram adquiridas da mesma empresa mais 106 unidades, suficientes para apenas mais um andar²⁰. Nos anos de 1960 as verbas destinadas à construção do Palácio tornaram-se cada vez mais escassas, fazendo com que o período de execução se prolongasse até 1968, ano de sua inauguração.

Mas não apenas nos prazos de execução se refletiu a falta de verbas para a construção. A própria qualidade da arquitetura foi afetada pela escassez de recursos. Verificam-se relevantes alterações que descaracterizaram o projeto original, como a supressão de elementos compositivos propostos com intenção de conferir ao edifício o caráter de Palácio - público e monumental - e que permitiriam essa percepção. Foi o caso de pinturas, esculturas e murais em baixo-relevo que haviam sido propostos no projeto do concurso para os espaços de circulação interna, do salão do Tribunal Pleno e do Tribunal do Júri. Esses elementos, já nas plantas do

¹⁹ SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS. Relatórios anuais da Secretaria das Obras Públicas, 1953 - 1966. Porto Alegre.

²⁰ SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS. Relatórios anuais da Secretaria das Obras Públicas, 1953 - 1966. Porto Alegre.

projeto executivo, não apareciam mais. Quanto aos murais externos nas fachadas leste e oeste, inspirados no realismo socialista, e a estátua da Deusa Themis na fachada sul, embora tenham sido mantidos nos desenhos do projeto executivo, nunca foram executados. O projeto de artes, que se integrava aos espaços arquitetônicos do Palácio da Justiça, foi assim integralmente sacrificado durante a execução da obra. Ainda seguindo a orientação de redução de custos, o revestimento de granito com estudada estereotomia proposto para as fachadas foi substituído por pastilhas cerâmicas. Segundo depoimento de Fayet ao Memorial do Judiciário, na tentativa de atenuar os efeitos da substituição dos materiais, os arquitetos buscaram aproximar a cor e a textura das pastilhas com as da pedra originalmente especificada e mantiveram a estereotomia que haviam projetado para as superfícies de granito. Também a funcionalidade do edifício foi afetada pelas dificuldades orçamentárias do Estado: não foram instalados os quebra-sóis que protegeriam as salas localizadas no lado oeste, comprometendo o conforto térmico do prédio.

Duraram quinze anos as obras do Palácio da Justiça, construído em meio a graves crises institucionais e políticas que culminaram no golpe militar de 1964, quando implantou-se um regime político que privilegiou a *autoridade* do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos Poderes Legislativo e Judiciário²¹. Os movimentos de reação da sociedade civil à ditadura militar eram duramente reprimidos e as manifestações culturais eram sufocadas pela censura. Os expurgos e as cassações de professores empobreciam a universidade. As Faculdades de Arquitetura, onde amadurecia o ideário da arquitetura moderna, em meio a intenso debate sobre a cultura brasileira e a reforma universitária, foram muito atingidas²². No Rio Grande do Sul, a perseguição aos egressos do IBA aconteceu dentro da própria faculdade de Arquitetura. Alguns setores ressentidos atenderam ao chamado do Reitor José Carlos Fonseca Milano e do III Exército, representado pelo General Jorge Cezar Garrastazu Teixeira, e criaram a Comissão Especial de Inquérito Sumário (CEIS). Foram expurgados, em 1964, os professores Demétrio Ribeiro, Enilda Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Luís Fernando Corona e Nelson Souza. Carlos Maximiliano Fayet fora inquirido pela CEIS em 1964, e seu expurgo consumou-

²¹ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

²² BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

se em 1969²³. Em 1968, quando o Palácio da Justiça foi inaugurado, Corona e Fayet não estavam presentes à solenidade.

Em 1968, recém editado o AI-5, que institucionalizava a ditadura militar fechando o Congresso Nacional, cassando mandatos e suspendendo direitos políticos, entre outras medidas de repressão, deu-se a inauguração do novo prédio da Justiça em Porto Alegre, decorridos dezesseis anos desde a divulgação do resultado do concurso. Sob a Presidência do Desembargador Balthazar Gama Barbosa, o Tribunal de Justiça retornou à Praça da Matriz, instalando-se oficialmente no Palácio da Justiça em 28 de dezembro de 1968²⁴.

Na data da inauguração o Palácio já havia sido ocupado há anos. A primeira instância funcionava nos dois primeiros pavimentos desde o ano de 1962. Naquele ano foram registrados vários matrimônios civis na Galeria de Casamentos, entre eles, em 29 de dezembro de 1962, a união de Adayr Lopes Pithan e Leopoldina Petry. Mais de quarenta anos depois, seu filho, funcionário da segurança do Palácio da Justiça, cederia os registros fotográficos da Galeria de Casamentos ao acervo do Memorial do Judiciário.

De acordo com a publicação comemorativa da instalação do Tribunal de Justiça, a ocupação do Palácio da Justiça em dezembro de 1968 era a seguinte:

Subsolo: Garagem; Arquivo; Estação de condicionadores de ar; Oficinas da Revista de Jurisprudência;

Térreo: Recepção; Tribunal do Júri;

Galeria: Sala para Casamentos;

1º andar: Direção do Foro; Vara do Júri e Execuções Criminais; Vara de Acidentes do Trabalho; Curadorias de Família; 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Vara Criminal; Avaliadores Judiciais; Portaria dos Auditórios;

2º andar: Caixa Econômica Estadual; 2º Distribuidor; 1º, 2º e 3º Varas de Família e Sucessões; Juizado Municipal; 1º e 2º Varas de Acidentes de Trânsito; 6º Vara Criminal; AJURIS;

²³ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

²⁴ Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua Nova Sede. Porto Alegre, 1968.

3º andar: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Vara Cível; 1º Distribuidor-Contador; Serviço Médico Judiciário;

4º andar: Corregedoria Geral da Justiça; Serviço de Orçamento; Cartório de Falências e Concordatas; Cartórios da Provedoria; 1º e 2º Varas da Fazenda Pública; 7º e 8º Varas Cíveis;

5º andar: Gabinete da Presidência; Conselho Superior da Magistratura; Direção Geral; Biblioteca; 1º e 2º Cartório Cível; Serviço Processual; Chefia dos Serviços de Transportes; Portaria; Secretaria;

6º andar: Tribunal Pleno; Câmaras Reunidas e Isoladas;

7º andar: Secretarias de Câmaras, Rádio; Barbearia; Bar-Restaurante;

8º andar: Casa de Máquinas dos Elevadores e Reservatório Superior.²⁵

Ao longo dos anos, várias alterações e deformações ocorreram pelo uso cotidiano do edifício e pela evolução funcional do Judiciário. Antes mesmo da ocupação de 1968, o projeto do Palácio da Justiça, definido em 1953 conforme as necessidades da época, já não correspondia às novas demandas da Justiça. Durante as obras de construção, as plantas foram sofrendo alterações, à medida que o Judiciário crescia. O Juizado de Menores e a Procuradoria-Geral do Estado, incluídos no programa inicial, nunca chegaram a ocupar o prédio, cedendo espaço a outras funções.

Natural que assim ocorresse, pois as demandas da Justiça tornaram-se cada vez mais complexas, exigindo a expansão de seus quadros funcionais, especialização das atribuições já existentes e a criação de novos órgãos, como o Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul (TARGS), que foi criado em dezembro de 1970 pelo Governador Walter Peracchi Barcellos²⁶. Como consequência, foi realizada em 1971 a primeira obra significativa no edifício, na qual foi reformado o 4º andar para instalar o novo Órgão da Justiça. Em 5 de abril de 1971, concluídas aquelas obras, teve lugar no Salão do Júri do Palácio da Justiça a solenidade de instalação do Tribunal de Alçada, que passou a ocupar a metade do 4º pavimento. Mas quatro anos depois

²⁵ Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua Nova Sede. Porto Alegre, 1968.

²⁶ FÉLIX, Loiva Otero, GEORGIADIS, Carolina e SILVEIRA, Daniela Oliveira (org.). Tribunal de Justiça do RS: 125 Anos de História 1874 – 1999. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999.

essas instalações se tornariam insuficientes, exigindo nova reforma no 3º andar para permitir a expansão do Tribunal de Alçada.

Evidentemente, essas transformações se refletiram na arquitetura, e nem sempre a redistribuição dos espaços se deu de forma adequada. Na maioria das adaptações não foram observados os critérios indispensáveis à preservação da dignidade arquitetônica do edifício. As sucessivas alterações eram realizadas sem a participação dos arquitetos co-autores do projeto. Os espaços internos inicialmente amplos e arejados, dimensionados de acordo com os fluxos e as atividades a que se destinavam, foram gradativamente fragmentados, comprometendo sua qualidade estética e funcional. Natural que esses espaços se degradassem, uma vez que era tarefa impraticável acomodar com dignidade o Poder Judiciário das décadas de 1970/80 dentro da mesma área delimitada nos anos de 1950. Ciente da gravidade da situação, em 26/04/1983, o Presidente do TARGS, Juiz Antônio Augusto Fernandes, encaminhou ofício ao Governador Jair Soares solicitando prédio próprio para o Órgão, o que se concretizaria somente em 1990²⁷.

A consequência mais grave desse contínuo adensamento dos espaços do Palácio da Justiça foi o prejuízo sofrido pelos elementos essenciais à sua identidade. A Galeria dos Casamentos, ao ser fechada com painéis divisórios para a instalação dos Precatórios, perdeu a integração visual com o saguão do andar térreo, que por sua vez perdeu a iluminação natural que vinha do mezanino. O mesmo se deu com os saguões desde o 1º até 5º andar, onde as áreas que contornavam a escadaria principal foram fechadas com painéis divisórios, configurando novos gabinetes e bloqueando a passagem da luz natural que iluminava a área dos elevadores. A leitura da escadaria helicoidal como elemento escultórico ficou definitivamente prejudicada. Com a instalação de divisórias e balcões para setores como o Protocolo Geral e a Segurança, o pavimento térreo também perdeu seu caráter de átrio monumental, de hall de entrada do Palácio da Justiça. Também aqui a percepção da escada como elemento de ligação entre o hall principal e a Galeria ficou inviabilizada. O Salão do Júri perdeu metade da área da plateia, que foi desmontada para abrigar atividades do Tribunal de Alçada.

Era tão grande a demanda pela multiplicação das instalações, que nem mesmo as áreas de transição entre espaços abertos e espaços fechados foram poupadas. O restaurante do 7º

²⁷ FÉLIX, Loiva Otero, GEORGIADIS, Carolina e SILVEIRA, Daniela Oliveira (org.). Tribunal de Justiça do RS: 125 Anos de História 1874 – 1999. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999.

andar foi desativado e seus terraços, junto com os terraços do 6º andar, foram ocupados mediante o deslocamento das esquadrias de alumínio existentes até o plano das fachadas. Os pergolados de forte efeito plástico dos terraços do restaurante foram cobertos, desaparecendo entre as telhas de fibrocimento e o forro de placas removíveis. A área conquistada foi ocupada por Secretarias de Câmaras, gabinetes, atividades administrativas. Apenas os terraços do Tribunal Pleno e os da fachada Norte, no térreo, se mantiveram preservados.

Mesmo com as inúmeras reformas e os espaços densamente ocupados, a capacidade do Palácio da Justiça continuava a ser insuficiente. Algumas funções passaram a ser exercidas em outros prédios do centro da cidade, como a Secretaria da Fazenda e o antigo Palácio Provisório, onde hoje funciona o Memorial do Ministério Público. Em 1989, o primeiro grau transferiu-se para o Foro Central, e em 1990 o Tribunal de Alçada mudou-se para imóvel locado, trazendo algum alívio para a superlotação do Palácio. Permaneceram no prédio apenas o 2º grau e as funções administrativas, mas o Judiciário continuava a crescer e as dependências do Palácio da Justiça eram ainda insuficientes. O prédio passou a sofrer uma espécie de metástase, com os espaços se multiplicando continuamente. Magistrados e funcionários exerciam suas atividades em áreas cada vez mais reduzidas, separadas apenas por divisórias leves. Do 1º ao 5º pavimentos, gabinetes espremiavam-se entre as escadarias e as janelas que antes iluminavam os saguões. Na Corregedoria-Geral, alguns gabinetes de Juízes-Corregedores não chegavam a 7m². Eram as chamadas “baias”, um apelido bem-humorado criado pelos magistrados²⁸.

Na segunda metade da década de 1990, as precárias condições acústicas, de iluminação e de climatização eram agravadas pelo estado de deterioração em que se achava o edifício. O risco de incêndio se fazia presente na combinação explosiva entre instalações elétricas sobrecarregadas e dependências abarrotadas de papel, carpetes sintéticos e divisórias de eucatex com miolo de papel kraft do tipo colmeia. Verificavam-se diversas patologias que só poderiam ser sanadas mediante altos investimentos.

A solução começou a se delinear quando foi construído o novo prédio do Tribunal de Justiça, localizado na Av. Borges de Medeiros, junto ao Centro Administrativo do Estado. Em janeiro de 1998, a 4ª Câmara Criminal deixou o Palácio, iniciando a transferência do segundo

²⁸ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

grau para o edifício do Tribunal de Justiça. E, em 22 de novembro de 1999, realizou-se a última sessão do Tribunal Pleno no Palácio da Justiça, concluindo a mudança das atividades jurisdicionais para o novo prédio. Em janeiro de 2000, alas inteiras do Palácio estavam desertas, ali permanecendo apenas a Alta Administração e as atividades administrativas.

Os setores que funcionavam com deficiência de espaço pressionavam os técnicos do Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção (DEAM) no sentido de ocupar as áreas que resultaram ociosas. Consciente de que se delineava mais uma reforma de redistribuição de espaços realizada às pressas e sem critério, o que sepultaria a chance de recuperação efetiva do Palácio da Justiça, o DEAM realizou em 1999 um estudo de zoneamento das funções que permaneceriam no edifício. A intenção era sensibilizar a Administração do Tribunal de Justiça quanto à importância de pensar a nova ocupação do prédio como um todo, assim como chamar a atenção para o estado de degradação do Palácio e a necessidade de fazer um alto investimento para recuperá-lo como objeto arquitetônico, tratar suas patologias, e modernizar suas redes.

O estudo partia da premissa que deveria seguir funcionando ali a Alta Administração do Poder Judiciário, preservando para o prédio o caráter de Palácio da Justiça, e contemplava a recuperação da Galeria e do restaurante, assim como a liberação dos terraços e da escadaria. Ao receber o estudo, o então Presidente do Tribunal, Desembargador Cacildo de Andrade Xavier mostrou-se sensibilizado, mas os recursos eram escassos e o Tribunal de Justiça concentrava todos os seus esforços na informatização do Judiciário, projeto que abrangia todas as Comarcas do interior do Estado.

No final da década de 1990, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre exigia a adequação do Palácio da Justiça às normas vigentes de proteção contra incêndio. Para atender essa demanda, seria necessário projetar uma escada protegida, o que traria significativas alterações ao prédio. Entendendo que tal intervenção competia aos co-autores do projeto arquitetônico do Palácio, pela primeira vez o Tribunal de Justiça chamou o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, que seria contratado para elaborar o Plano de Prevenção Contra Incêndio e o projeto da escada protegida. Luis Fernando Corona, que detinha a co-autoria do projeto do Palácio, havia já falecido em 1977. A solução perseguida por Fayet foi a utilização da escadaria principal como rota de fuga, mas a Prefeitura só admitiria essa hipótese mediante enclausuramento da escada helicoidal. Inconformado com o prejuízo à composição arquitetônica decorrente dessa

exigência, o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet desenvolveu um projeto que inseria na edificação existente uma escada protegida, apresentando ao Tribunal dois estudos: um de escada interna ao corpo do prédio, localizada na área atrás dos elevadores, e outro de escada metálica externa ao edifício. O primeiro foi descartado pelo Tribunal por ser extremamente oneroso. O segundo enfrentou resistência e foi indeferido pelos Órgãos Municipais de Patrimônio.

O arquiteto retornou à ideia inicial de utilização da escadaria principal, dessa vez propondo a instalação de portas corta-fogo na entrada de cada ala, isolando o saguão e as circulações verticais. Esse projeto foi aprovado pela Prefeitura Municipal em julho de 2001. Entretanto, ainda insatisfeito com a solução, que acarretaria uma descontinuidade visual entre os saguões e as áreas das alas Norte e Sul, Fayet continuou pleiteando junto à Comissão de Incêndio uma outra saída para o problema. Essa nova proposta contemplaria a instalação de portas de vidro temperado resistente ao fogo no acesso às alas do prédio e a remoção de material combustível do recinto de circulação vertical. Esta solução foi aprovada em 2002.

Não obstante a falta de recursos, durante a administração do Desembargador Luís Felipe Vasquez de Magalhães, o Tribunal começou a concretizar o plano de recuperação do Palácio, a ser implementado por andares, à medida que fossem obtidas as verbas necessárias. As primeiras obras iniciaram em julho de 2001, com a recuperação e adaptação do 4º andar e metade do 3º para as instalações da Corregedoria-Geral, e com a reciclagem da área do Tribunal do Júri, no térreo, para abrigar o Memorial do Judiciário. Novamente o Tribunal entendeu ser importante respeitar a autoria do projeto. Após a obtenção de permissão junto à família do co-autor já falecido, Luís Fernando Corona, o arquiteto Fayet foi novamente contratado pelo Judiciário para prestar assessoramento e consultoria aos projetos do Memorial e da Corregedoria, que foram elaborados no DEAM pela arquiteta Lídia Fabrício. Naquelas obras adotaram-se padrões que se pretendia manter para os demais pavimentos, como a retirada das divisórias no contorno da escadaria, devolvendo-lhe a iluminação natural. As instalações de ar condicionado foram redimensionadas com vistas a climatizar também as áreas de circulação. A área dos *shafts* foi reformulada e ampliada para receber as novas colunas montantes das redes elétrica, de telecomunicações e de lógica, que se pretendia contratar a seguir. Um vez que estivessem prontas, a intenção era conectar a essas novas colunas as redes horizontais de cada pavimento, à medida que fossem realizadas suas obras. Seria um processo

longo e de complicada execução, uma vez que as reformas deveriam acontecer sem a paralisação das atividades do Palácio. Mas era o que permitiam os recursos na época, e não cabia desprezar a oportunidade de recuperar o edifício, ainda que o processo se arrastasse por vários anos.

Os projetos da Escada de Incêndio, da Corregedoria e do Memorial do Judiciário deflagraram definitivamente o processo de recuperação do Palácio da Justiça e reaproximaram o Tribunal de Justiça do co-autor do projeto original. Em fevereiro de 2002 assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça o Desembargador José Eugênio Tedesco, que imediatamente solicitou ao DEAM a elaboração do projeto de recuperação e reciclagem do 5º e do 6º andar (ala Norte), que contemplaria as instalações do Gabinete da Presidência, suas Assessorias e Secretarias, Direção-Geral, e Subdireção-Geral. Mais uma vez, o arquiteto Fayet firmou contrato com o Tribunal para prestar assessoramento e consultoria ao DEAM nos projetos daquela nova etapa. Mas, apenas iniciados os estudos, o Poder Judiciário viu-se em situação mais confortável e independente na administração de seus recursos, com a aplicação da Lei Nº 11.667, de 11 de setembro de 2001, que instituiu o “Sistema de Gerenciamento Financeiro dos Depósitos Judiciais pelo Poder Judiciário”. Frente a essa nova realidade, a administração do Desembargador Eugênio José Tedesco caracterizou-se por importantes investimentos no patrimônio imobiliário do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Um intenso plano de obras reaparelhou e recuperou prédios existentes e construiu novas sedes de Foros em Comarcas que até então funcionavam em instalações precárias e inadequadas.

Pode-se afirmar que a restauração do Palácio da Justiça só foi possível graças a essa convergência de eventos, quais sejam: a desocupação do Palácio da Justiça, que resultou com a maior parte de suas áreas ociosas; a reaproximação entre o Poder Judiciário e o arquiteto co-autor do Palácio; a interlocução do DEAM junto à administração no sentido de assumir-se a recuperação do prédio; a aplicação da Lei Nº 11.667/2001; e a vontade de uma administração disposta a investir no patrimônio imobiliário e cultural do Judiciário. Esses eventos aconteceram quase simultaneamente, culminando na decisão pela restauração integral do Palácio da Justiça, com a destinação dos recursos necessários. Em julho de 2002, cinquenta anos após a realização do concurso, a empresa Carlos Maximiliano Fayet Arquitetos Associados - CMFaa, dirigida pelo arquiteto Fayet, foi contratada pelo Poder Judiciário,

assumindo integralmente a elaboração dos projetos de restauração, reciclagem e recuperação do Palácio da Justiça.

A contratação incluía o projeto arquitetônico para todos os andares, que deveria contemplar a reciclagem das áreas internas possibilitando novos usos, os projetos complementares que compatibilizariam o edifício com as tecnologias modernas e com as novas necessidades programáticas, e a recuperação dos elementos degradados, tais como terraços, galeria, escadaria helicoidal, restaurante, esquadrias e pergolados da cobertura. O escopo do contrato contemplava ainda a complementação do projeto original do concurso, dotando o prédio dos elementos que nunca foram executados, como o revestimento externo de granito, os *brise-soleils* na elevação Oeste, os murais em relevo das fachadas Leste e Oeste e a escultura da deusa *Themis* na fachada Sul. Nas palavras do arquiteto Fayet, “essa foi uma deliberação rara e exemplar da administração do Poder Judiciário do Estado”²⁹.

No início dos trabalhos, a CMFaa entrevistou as chefias e os funcionários dos setores incluídos no programa de necessidades do Palácio, de modo a garantir que suas demandas fossem contempladas no projeto. Nas entrevistas, foram considerados os cargos de chefia de setor, a quantidade de funcionários, as atividades desenvolvidas em cada espaço e seus fluxos, as relações entre os diversos setores, as relações pessoais e os espaços de convívio. Contudo, apesar dos levantamentos programáticos realizados pela equipe da CMFaa, era natural que as trocas de chefias - com a consequente modificação de rotinas e metodologias - e a renovação da Alta Administração do Tribunal de Justiça a cada dois anos, fizesse com que o programa de necessidades fosse constantemente revisto. Os prazos para a elaboração dos projetos se dilataram, e durante a execução as modificações geraram aditivos ao contrato.

Licitadas as obras, o Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do Tribunal de Justiça - DEAM deveria assumir a fiscalização da sua execução. No entanto, durante aquele biênio, era muito intenso o ritmo das obras do Judiciário na capital e nas Comarcas do interior, sobrecarregando os técnicos do DEAM. A fiscalização das obras do Palácio, pela complexidade e envergadura dos serviços, exigiria uma equipe permanentemente dentro do canteiro. Assim, a empresa de Fayet firmou mais um contrato com o Tribunal, dessa vez para assumir também a fiscalização da execução das obras, a serem executadas pelas

²⁹ FAYET, Carlos M., Arquitetura valoriza patrimônio cultural do Estado. In AAI em revista nº 25. Porto Alegre: Arte Sul, Jul/Ago de 2006, Pags. 8 e 9.

empresas contratadas através de licitação. De toda forma, o DEAM manteve-se presente durante as obras do Palácio, nomeando o arquiteto Marcelo Lacerda para dirigir a equipe técnica do Tribunal nas ações de fiscalização.

A contratação dos serviços de execução das obras do Palácio da Justiça foi feita por meio de diversas licitações. Os serviços foram divididos para racionalizar o andamento da obra e permitir que fossem executados por empresas especializadas em cada serviço. A contratação por especialização, embora mais difícil de administrar, garante maior qualidade dos serviços e reduz custos, uma vez que as especialidades não sofrem sobrepreço com a terceirização por parte de uma única empreiteira. Assim, foram feitas licitações da seguinte forma: Obra Geral, que tratava da reforma interna dos pavimentos internos em todos os seus aspectos (inclusive redes de infraestrutura, comunicação visual, mobiliário, e instalações específicas tais como sonorização e serviços de nutrição); Revestimentos Externos em Granito, que tratava da colocação de placas de granito sobre as pastilhas em todas as fachadas, e recuperação dos demais revestimentos de pedra existentes (granitos negros do térreo, mármore branco dos pisos, travertinos dos pilotis, e placas de granito colorado gaúcho que reveste os peitoris e pisos dos terraços, e os pisos do térreo e do terraço do Memorial); Esquadrias de Alumínio das Fachadas Externas, cujo escopo previa a substituição das existentes por novas esquadrias e a colocação dos brises de alumínio na fachada Oeste; e Remanejamento para o Tribunal de Justiça. Essa última tratava da reforma do 13º andar do prédio do Tribunal de Justiça, à Av. Borges de Medeiros, para onde seriam transferidas quase todas as atividades exercidas no Palácio da Justiça, enquanto durassem suas obras de restauração – exceção feita ao Gabinete da Presidência, que durante as obras do Palácio instalou-se no 12º andar do Tribunal de Justiça, onde já existia um bloco de gabinetes destinado às atividades da Administração no novo prédio. O projeto e a fiscalização dessas obras de remanejamento também foram feitos pela equipe da CMFaa, supervisionada pelo DEAM.

A contratação da Obra Geral de reforma dos pavimentos internos do Palácio da Justiça foi realizada em duas etapas, gerando duas licitações: a primeira contemplou Térreo, Galeria, ala sul do 3º pavimento, hall do 4º pavimento, 5º, 6º, 7º pavimentos, 8º pavimento (casa de máquinas e novas áreas agregadas) e Cobertura. A segunda contemplou Subsolo, 1º e 2º pavimentos. Essa divisão deveu-se aos limites nos custos de licitação e à impossibilidade de desocupar totalmente o prédio. Visava também otimizar a coordenação dos serviços de

execução. Nas duas etapas, venceu a Construtora José Martins da Silva & Cia. Ltda., chamada por Fayet de “porta-aviões”³⁰, tal era a organização e firmeza com que cumpria a complexa execução. Cabia à empresa José Martins a coordenação dos principais serviços, ditando o ritmo da obra para as demais empresas envolvidas. Justo salientar a atuação do Engenheiro Anilton José Foletto, que por sua competência e integral dedicação à reforma, e conseqüente conhecimento e domínio de cada detalhe ali construído, constitui-se em verdadeiro arquivo viva da obra de restauração do Palácio da Justiça. Durante os primeiros anos de duração das obras, a José Martins desfrutava de boa reputação junto ao Tribunal, tendo já realizado anteriormente outras obras para a Justiça, entre elas a obra do Memorial do Judiciário. Lamentavelmente, enfrentou forte desequilíbrio financeiro no final da obra, e acabou entrando em falência, o que repercutiu na qualidade dos serviços de finalização da reforma do Palácio da Justiça, causando um difícil desfecho ao final do contrato firmado com o Tribunal.

Os Revestimentos Externos em Granito foram contratados com a empresa Carlos Frederico Müller, vencedora da licitação, com fornecimento das pedras pela Iguazu Mármore e Granitos. Esses serviços deram início às obras de recuperação do Palácio da Justiça, em maio de 2003, e a partir desse momento iniciou a fiscalização da obra pela equipe da CMFaa. Na seqüência, a empresa Zol Esquadrias de alumínio Ltda. venceu a licitação para Esquadrias de Alumínio, e encarregou empresa Divratec Consultoria e Engenharia Ltda. do gerenciamento dessas instalações. As esquadrias foram todas substituídas por novos módulos. O desenho e o tipo de funcionamento foram mantidos conforme as originais, mas as novas janelas fornecidas não corresponderam às expectativas, exigindo rigor por parte da fiscalização.

Também em 2003 é realizado o projeto do canteiro de obras, que contemplava um complexo sistema de tapumes, portões, bandejas de proteção, andaimes fixos e elétricos, *containers* para instalação das empresas (com quantificação, localização e definição da ocupação – empresa 1, 2 ou 3), elevador de obra, e placas de obra padronizadas. O andaime elétrico permitia a movimentação tanto no sentido vertical como horizontal, o que otimizou de forma significativa a colocação das placas de granito, das esquadrias e dos quebra-sóis nas fachadas. O uso do elevador de obra, todavia, foi prejudicado pela demora da Prefeitura em autorizar sua

³⁰ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

utilização, o que acarretou significativo atraso no andamento das demolições, dadas a dificuldades para a retirada de entulhos.

Numa obra de tal complexidade, com tantas empresas envolvidas, natural que ocorresse distensão de prazos, o que agravou-se com as dificuldades financeiras da construtora principal. Diversos foram os motivos do prolongamento do curso das obras para além dos prazos previstos, os quais não cabe aqui analisar. Uma vez prorrogado o prazo de conclusão das obras, fazia-se necessária a renovação do contrato de fiscalização entre o Tribunal de Justiça e a empresa CMFaa. Todavia, a Administração questionava a necessidade de renovar o contrato e pretendia delegar integralmente a tarefa ao Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção. Mas o DEAM ratificou a importância da continuidade dos serviços prestados pela empresa, declarando ser imprescindível a permanência diária de fiscais na obra para garantir a qualidade dos serviços das empresas executantes, e assim o contrato foi renovado. Mas a CMFaa não acompanhou a fiscalização até o final. A construtora José Martins não conseguia concluir a obra e os prazos novamente foram prorrogados. Nesse ínterim, o último contrato firmado pela CMFaa expirava, e o Tribunal de Justiça decidiu dispensar definitivamente os serviços da empresa de Fayet, delegando ao DEAM a fiscalização integral da finalização dos serviços e a elaboração do *as-built* (desenhos de “como construído”).

Paralelamente aos serviços de fiscalização, o arquiteto Fayet assumiu a concepção e a execução do projeto de artes, cumprindo a determinação do Tribunal de Justiça de deixar o edifício como concebido em 1952, inclusive com a colocação dos murais em relevo e da escultura da deusa da Justiça. A arquitetura moderna no Brasil, em suas principais obras de caráter monumental, perseguiu a integração com as demais artes plásticas. Célebres são os exemplos do Ministério da Educação e Saúde, da Pampulha, de Brasília, entre outros. Arquitetura, pintura e escultura integradas formavam um todo simbólico consistente³¹. No Rio Grande do Sul, o projeto do concurso de 1952 mostrava um relacionamento possível entre a imagem de um edifício moderno, mais abstrata, e os ideais do realismo socialista, mais figurativos. Presentes no Palácio da Justiça, as obras de arte serviam para sublinhar seu caráter de edificação especial, facilitando essa percepção por parte da população.

³¹ ALVAREZ, Cicero ; SZEKUT, Alessandra Rambo . A deusa Themis e o Palácio da Justiça de Porto Alegre: a integração entre Arquitetura Moderna do Rio Grande do Sul e as obras de arte. In: Seminário Arte & Cidade, 2006, Salvador. 1º Seminário Arte & Cidade, 2006.

Fayet realizou intensa pesquisa para embasar seu trabalho. A concepção dos murais partiram dos temas terra e povo. O primeiro é a representação da flora, fauna e relevo do Rio Grande do Sul. O segundo representa eventos históricos, personagens e construções relevantes para a cultura do Estado. Sob certos aspectos, apesar de manter a figuração tão cara ao realismo socialista, os projetos artísticos dos dois murais se afastaram do conceito inicialmente pensado para o projeto. O povo, tão presente nos murais do passado, estará ausente na versão definitiva da obra.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia a pesquisa e a definição dos elementos de cada mural, foram feitas as medições das fachadas em que seriam colocados, e foram realizados os estudos para definir os materiais adequados e as técnicas a serem empregadas. A seguir, feita a composição geral para cada painel mural, Fayet realizou os desenhos individuais dos diversos elementos compositivos. A etapa seguinte envolveu a digitalização e o reestudo dos *layouts* em programa de edição de imagens. Definida a composição final, realizou-se a impressão de cada painel. Cada um dos murais, Terra e Povo, resultou com dimensões de 7,55 x 10,58 metros, e foram compostos por 200 placas de concreto medindo 75,50 x 52,5 cm³². Cada placa foi decalcada e sulcada na argila com o uso de estecos, formando os relevos que seriam valorizados pela incidência da luz. Após os devidos retoques, eram feitos os moldes de gesso e, finalmente, a concretagem. Cada placa, identificada sua posição na composição, ficava à espera da colocação.

A escultura de Themis, de certo modo, tem processo de criação similar ao dos murais. Nos primeiros esboços a imagem já mostrava suas principais características: uma Justiça sem venda, de olhos abertos, e ostentando um elmo na cabeça, como uma guerreira. Dentre seus atributos, foram representados apenas a espada e o livro das leis. A balança foi suprimida. Definidos os desenhos, em seguida foi feito um modelo em argila, na escala 1/10, com 90 cm de comprimento. A partir do modelo foi realizado um molde do qual foram retiradas as cópias. A cópia passou então por um sistema de digitalização tridimensional no qual o modelo é seccionado, milímetro a milímetro, dando origem a arquivos isolados de cada seção transversal da escultura. A esse processo, realizado pelo Laboratório de Modelagem Tridimensional (LMT) do SENAI/RS, Fayet chamava “tomografia da deusa”. A seguir cada secção era ampliada 10

³² ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

vezes e os arquivos impressos em papel eram colados a chapas de isopor com 10mm de espessura. Esse eficiente processo eliminou a necessidade do uso de compassos de redução e ampliação para a escultura. Depois de recortados os contornos de cada secção transversal, já coladas ao isopor, foram todas unidas na sequência correta, formando o modelo completo da estátua em escala natural.

Para trabalhar a escultura de nove metros de comprimento, o arquiteto mandou construir um pavilhão na empresa de fundição, onde o modelo em isopor foi deitado sobre uma superfície plana, permitindo avaliar a escultura e realizar modificações que julgasse necessárias. A etapa subsequente é a confecção de formas de gesso, em tasselos, nas quais se aplica a cera quente. Depois da execução dos canais e do funil, o molde foi preenchido e revestido com argila refratária. Feita a queima da cera, cada bloco foi retirado e colocado no poço onde se derramaria o metal. O bronze derretido derramado no funil vem preencher os espaços vazios do molde. Após o resfriamento, rompeu-se o molde e as peças aprovadas foram soldadas. Finalizada a soldagem, esmerilhadas as costuras, toda a escultura foi lixada para receber a pátina. Montada e acabada, passou por processo de limpeza e, depois, recebeu banho de ácido para abrir os poros do bronze. Após a secagem, a escultura foi pincelada, adquirindo o tom semelhante à pátina do bronze submetido à intempérie³³. Ainda que com um atraso de 50 anos, Themis estava pronta para ocupar seu lugar na Praça dos Três Poderes.

Na manhã do domingo de 11 de dezembro de 2005, transportada por um caminhão-guincho, a estátua da deusa da Justiça criada pelo arquiteto Fayet chegou à Praça da Matriz para compor, 50 anos depois, a fachada cega do Palácio. A impressionante cena da estátua de bronze de nove metros de altura e quase três toneladas sendo içada sobre o asfalto foi acompanhada pelo 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Vladimir Giacomuzzi, por funcionários do Judiciário, pelos integrantes da equipe do arquiteto e por vários grupos de cidadãos que passeavam pela praça.³⁴

Um dos principais propósitos da restauração foi devolver ao prédio a condição de Palácio da Justiça, representação do Poder Judiciário na Praça da Matriz. O projeto partiu da

³³ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

³⁴ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

definição das instalações da Alta Administração, deslocando para o 6º piso o Gabinete da Presidência, a sua Secretaria, a Direção-Geral e o Gabinete Militar. Dessa forma, o Gabinete da Presidência integrou-se aos terraços do 6º andar e ao espaço do antigo salão do Tribunal Pleno. Este, por sua vez, foi transformado em um auditório de múltiplos usos equipado com estúdios para gravação, utilizando modernas e sofisticadas tecnologias.

Com vistas a possibilitar eventuais intervenções futuras, todas as paredes de alvenaria e divisórias internas das alas foram demolidas e substituídas por paredes de gesso acartonado, de menor espessura, otimizando as áreas internas. Outra preocupação da CMFaa foi a incorporação de áreas residuais do projeto original, ou seja, espaços formados pela imensas vigas e treliças de concreto que permitiam a sustentação dos grandes vãos vencidos pela laje de forro do Tribunal Pleno no 6º andar, do Tribunal do Júri, no térreo, e do restaurante no 7º andar. Na época da construção, esses espaços foram desprezados, e parece nem ter sido cogitado seu uso, apesar de seu pé direito permitir excelente aproveitamento, mediante algumas adequações. A área localizada sobre o antigo Tribunal do Júri – hoje o Memorial do Judiciário - foi aproveitada para abrigar arquivos e acervo objetal do Memorial. Sobre o restaurante ganhou-se espaço para depósitos e atividades do Setor de Manutenção, assim como vestiários para funcionários do restaurante. Finalmente, sobre o salão do Tribunal Pleno, transformado em Auditório, foram criados espaços de apoio e depósitos, além de salas para tradução simultânea e controle do auditório.

Entre tantas importantes premissas, o projeto arquitetônico que teve por propósito restaurar, reciclar, recuperar, modernizar e complementar o Palácio da Justiça, balizou-se pelo compromisso de transformar os espaços degradados em espaços qualificados. Seguindo essa orientação, libertou-se a antiga Galeria de Casamentos dos painéis divisórios que a sufocavam, qualificando-a como espaço cultural destinado a abrigar exposições e eventos promovidos pelo Memorial do Judiciário. No hall principal do térreo, foram eliminados os elementos invasivos que poluíam seus espaços, organizados os fluxos de acesso ao prédio e ao cartão ponto, e instalado um posto de controle em forma circular para os funcionários da segurança. O restaurante, recuperado e equipado com moderna cozinha industrial, voltou a abrir-se para os terraços do último andar, cujos pergolados tornaram à luz do dia, o que permitiu a percepção daquele vigoroso elemento construtivo em toda a sua plenitude. A colocação de domos de

acrílico sobre seus vãos, possibilita o desfrute dos terraços em dias chuvosos, o que, se não segue à risca a configuração do projeto original, agrega valor que antes não existia.

A presença das obras de arte, finalmente colocadas na edificação, reforça seu caráter simbólico e sensibiliza a percepção da população quanto à importância do edifício. Se antes o Palácio da Justiça não era identificado pela comunidade como uma referência de monumento na praça, conforme foi demonstrado em pesquisa realizada pela arquiteta Ana Carolina Pellegrini³⁵, hoje a presença das obras de arte nas suas fachadas pode transformar essa realidade de forma positiva. A instalação da Themis foi motivo de regozijo no Tribunal de Justiça, atraiu a atenção da população e ocupou as capas dos principais jornais da cidade, colocando o edifício novamente em evidência³⁶.

Concebido como edifício público, que é - monumental mas acessível ao nível do passeio, sóbrio mas sem a sisudez intimidadora dos palácios públicos tradicionais - o Palácio da Justiça traduz o ideal de democracia da arquitetura moderna, perseguido pelos seus criadores, e concretiza a ideia de Palácio Moderno, que contém não somente as áreas de utilização específica das funções a que se destina, mas também espaços que dialogam com a cidadania e acolhem a comunidade à qual presta serviços. Restaurante, terraços, auditório e galeria, espaços que evocam atividades de fruição coletiva, agora restaurados e qualificados, vêm unir-se ao espaço cultural do Memorial do Judiciário, sugerindo que o edifício do Palácio da Justiça, através do uso criterioso de suas áreas mais nobres, pode se abrir para uma maior integração com a comunidade.

Algumas louváveis iniciativas do Tribunal de Justiça sinalizam para o efetivo desenvolvimento desse potencial cultural e artístico do Palácio da Justiça, como as ações promovidas pelo Memorial do Judiciário, que além do desenvolvimento de suas linhas de pesquisa, realização de exposições, preservação do acervo do Judiciário rio-grandense e publicações periódicas, mantém um Programa de História Oral e um projeto de educação cívica para alunos da rede pública, o Projeto Formando Gerações. Essas ações e a restauração do edifício motivaram o Conselho Estadual de Cultura a parabenizar o Tribunal de Justiça do

³⁵ PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. Monumento e cidade: construções sociais. 2002. 300 p.: Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPARG - UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

³⁶ ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

Estado pelas iniciativas na área do patrimônio cultural³⁷. Da mesma forma, é exemplar a iniciativa de preservação da galeria para espaço de exposições. Em agosto de 2008, durante a administração do Desembargador Armínio José Abreu Lima da Rosa, esse espaço foi pela primeira vez utilizado como Galeria de Arte, com a exposição artístico-didática que apresentou os desenhos, estudos e fotos realizados pelo arquiteto Fayet e sua equipe durante a execução dos murais, da escultura da deusa Themis e do restauro do Palácio da Justiça. Essa exposição dialogava com uma mostra paralela no Memorial do Judiciário, organizada em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, onde foram apresentadas pela primeira vez ao público as plantas originais do concurso para o Palácio da Justiça.

Evidentemente que, em virtude da sua função de representação do Poder Judiciário na Praça dos Três Poderes e de sede da alta administração da Justiça rio-grandense, e da consequente complexidade da administração de suas áreas e da sua segurança, o Palácio da Justiça não poderia ser pensado como centro cultural. Mas um plano de integração criteriosa de seus já consolidados espaços artístico-culturais com as áreas nobres de alto potencial cultural - que permanecem sub-utilizadas, como é o caso dos magníficos terraços, do restaurante e até mesmo do auditório - pode garantir, se aliado a um moderno sistema de segurança, a sobrevivência daquelas áreas como espaços nobres. É de se ter em mente que uma apropriação do espaço nos mesmos padrões adotados no passado pode ocorrer, transformando outra vez as áreas que contém os mais significativos elementos arquitetônicos do Palácio em acanhadas e caóticas instalações destinadas para atividades burocráticas, sepultando, entre divisórias, forros, carpetes e instalações provisórias, qualquer possibilidade de percepção e fruição da composição arquitetônica. Uma vez restaurados e recuperados com a contribuição da comunidade rio-grandense, é de se esperar que os espaços internos mais altamente qualificados do Palácio da Justiça venham a integrar o circuito cultural e artístico do centro de Porto Alegre, a salvo de serem desperdiçados ou mantidos reclusos e entregues à deterioração, por não utilizados, ou de estarem expostos ao tão conhecido processo de “metástase” que adensa e desqualifica os espaços dos nossos edifícios públicos.

³⁷ CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Ofício N.º 144/2008 CEC/RS. Porto Alegre, 23 de julho de 2008.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre. 2009. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, UFRGS. Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.
- ALVAREZ, Cicero. Palácios de Papel: projetos do Concurso para o Palácio da Justiça de Porto Alegre, Maio a Novembro de 1952.. In: Claudio Calovi Pereira e Silvio Belmonte de Abreu Filho. (Org.). Porto Alegre de Papel: avenida e praça 1910-1980. 1 ed. Porto Alegre: RS: PROPARG-UFRGS, 2006, v. 1.
- ALVAREZ, Cicero ; MELLO, Barbara ; ROSINHA, Rodrigo Bandeira . O Projeto de recuperação, restauração e readequação do Palácio da Justiça de Porto Alegre e o papel social do arquiteto. In PELLEGRINI, Ana Carolina e VASCONCELLOS, Juliano Caldas de (orgs.). Bloco (4): o arquiteto e a sociedade. Novo Hamburgo : Feevale, 2008.
- ALVAREZ, Cicero ; SZEKUT, Alessandra Rambo . A deusa Themis e o Palácio da Justiça de Porto Alegre: a integração entre Arquitetura Moderna do Rio Grande do Sul e as obras de arte. In: Seminário Arte & Cidade, 2006, Salvador. 1º Seminário Arte & Cidade, 2006
- AXT, Gunter e DE LA TORRE, Márcia (org.). Histórias de Vida – Representações do Judiciário. Vol. III. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2003.
- BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lúcia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. : il.
- CAMPELO, Cristina de Lorenzi. A produção arquitetônica dos egressos da escola de engenharia e do instituto de belas artes no período de 1949 a 1952. In: Salão de Iniciação Científica (3 : 1991 : Porto Alegre). Trabalhos Apresentados. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p.35
- CANEZ, Anna Paula Moura. Edifício do palácio da justiça: avaliação do desempenho climático. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Proparg, 1994.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Precisoções brasileiras : sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos : a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45. 2002. Tese de Doutorado. Doutorado em Le Projet Architectural et Urbain, Université de Paris VIII, U.P. VIII, França. Orientador: Philippe Panerai
- CORONA, Luís Fernando. O Ensino da perspectiva e o artista plástico – Tese de concurso para professor catedrático da cadeira de perspectiva e sombras dos cursos de pintura e escultura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1957.
- EDITORIAL. Espaço, Porto Alegre, n.4, s/p., dezembro 1949.
- FAYET, Carlos M., Arquitetura valoriza patrimônio cultural do Estado. In AAI em revista nº 25. Porto Alegre: Arte Sul, Jul/Ago de 2006, Pags. 8 e 9.
- FÉLIX, Loiva Otero, GEORGIADIS, Carolina e SILVEIRA, Daniela Oliveira (org.). Tribunal de Justiça do RS: 125 Anos de História 1874 – 1999. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999.

FIGLIO, Renato Holmer. *Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: Os Cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*. 1992. Dissertação de Mestrado em História, PUC/RS. Orientador: Dra. Maria Lúcia Bastos Kern.

GASTAL, Manoel Braga. *Flashes de uma vida*. Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 1997. GRAEFF, Edgar (org.). *Arquitetura Contemporânea no Brasil 2*, Gertum Carneiro Editora, 1948, Rio de Janeiro

GRAEFF, Edgar (org.). *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, Gertum Carneiro Editora, 1947, Rio de Janeiro

GRAEFF, Edgar. *Palácio da Justiça*. In: *Espaço Arquitetura* n.1. Porto Alegre : Grafisul.

GRAEFF, Edgar. *Sobre Arquitetura*. *Horizonte*, Porto Alegre, n.5, p.116-117, maio 1951.

GRAEFF, Edgar. *Sobre Arquitetura*. *Horizonte*, Porto Alegre, n.6, p.170-171, junho 1951.

HOLZMANN, Lorena et al (org.). *Universidade e repressão: Os expurgos na UFRGS /ADUFRGS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAHFUZ, Andrea S. M.. *Dois palácios e uma praça: a inserção do Palácio da Justiça e do Palácio Farroupilha na Praça da Matriz em Porto Alegre*. 1996. Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPARG -UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua Nova Sede. Porto Alegre, 1968.

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. *Monumento e cidade: construções sociais*. 2002. 300 p.: Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPARG -UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

RIBEIRO, Demétrio. *Um Depoimento Sobre a Criação, Por Tasso Corrêa, do Ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul in CAFRUNI, Salma(org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RIBEIRO, Demétrio. *Sobre a Arquitetura Brasileira*. *Horizonte*, Porto Alegre, n.5, p.145, maio 1951.

SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS. Relatórios anuais da Secretaria das Obras Públicas, 1953 -1966. Porto Alegre.

SILVA, Marcos Miethicki da. *O Hospital de Clínicas de Porto Alegre: a presença de Jorge Moreira na arquitetura da capital gaúcha*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Calovi Pereira. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2006.

XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura Moderna em Porto Alegre*. São Paulo: PINI, 1987.